

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.891 - SP (2019/0324229-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **MARCIO SERAPILLA BARBOSA**  
**RECORRENTE** : **SERAPILLA COMERCIO DE APARAS DE PAPEL LTDA**  
**RECORRENTE** : **SUZANA SERAPILLA CALDAS**  
**ADVOGADOS** : **MARIA FERNANDA CACERES NOGUEIRA - SP252950**  
                  **MARIA DIRCE GOMES DE OLIVEIRA - SP252949**  
**RECORRIDO** : **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS**  
                  **NAO-PADRONIZADOS NPL I**  
**ADVOGADOS** : **CAROLINA CURY MAIA COSTA - RJ126909**  
                  **FERNANDA GAMA MOREIRA JORGE - RJ149579**

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO EXEQUENTE. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por Marcio Serapilla Barbosa e outras contra os acórdãos de fls. 204-209 e 229-231 (e-STJ), proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementados:

Execução — Prescrição intercorrente não configurada — Ausência de inércia do credor - Análise da jurisprudência - Penhora - Conta utilizada para recebimento de pensão por morte do marido da agravante - Inadmissibilidade - Interpretação do artigo 649, "caput" e inciso IV, do Código de Processo Civil — Pretensão de impossibilitar futuros bloqueios — Ausência de requisitos para o pleito — Recurso parcialmente provido.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Ausência das hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC - Pretensão de rediscutir o que já foi decidido - Caráter infringente - Inadmissibilidade - Embargos rejeitados.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 234-241), apontam os insurgentes, além de dissídio jurisprudencial, a existência de violação dos arts. 44 da Lei 10.931/2004; 70 do Decreto 57.633/1966; e 921, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil

# Superior Tribunal de Justiça

de 2015. Sustentam, em síntese, a ocorrência de prescrição intercorrente, porquanto o prazo prescricional aplicável é de 3 (três) anos e houve inércia da parte exequente por período superior ao prazo prescricional.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 395).

Admitido o processamento do recurso na origem (e-STJ, fls. 403-404), ascenderam os autos a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

Contrariamente à tese dos recorrentes e com base em todo o acervo fático-probatório, concluiu o Tribunal local pela inexistência de inércia da parte exequente, que resultaria na prescrição intercorrente.

Veja-se às fls. 206-207 (e-STJ):

E, como bem destacado na r. decisão guerreada "não basta o decurso do prazo, pois mister a caracterização da desídia do exequente. No caso em comento, a execução não ficou paralisada simplesmente por inércia da exequente, mas em decorrência da não localização de bens penhoráveis, porquanto todas as diligências anteriormente realizadas tenham sido negativas. Tal fato é incompatível com a prescrição intercorrente, por não caracterizar a "recalcitrância injustificada" mencionada pela Ministra Isabel Gallotti no Ag. em Resp 470.154 (STJ 4ª T., j. 22.4.14) "De fato, o C. Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que a prescrição intercorrente pressupõe desídia do exequente, o que não houve no presente caso.

Sendo assim, para o acolhimento do recurso, seria imprescindível derruir a conclusão contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, demandaria nova incursão no conjunto fático-probatório, incidindo, na espécie, a Súmula 7 deste Tribunal Superior a impedir o conhecimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO EXEQUENTE. SÚMULA 7 DO STJ. SÚMULA 106 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Avaliar se houve desídia do exequente capaz de permitir a ocorrência de prescrição intercorrente demanda o revolvimento de matéria fático-probatória. Vedação da Súmula n. 7/STJ. 2. Ademais, é firme o entendimento do STJ no sentido de que somente a inércia injustificada do credor caracteriza a prescrição intercorrente

# *Superior Tribunal de Justiça*

na execução, o que não se verifica no caso concreto, já que a demora no andamento do feito se deu por motivos inerentes ao próprio mecanismo judiciário (Súmula 106/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1169279/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 23/05/2018).

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.



MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator